

	<b>SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AGROINDUSTRIAL - SIGA</b>			
	<b>POLITICAS DE GESTÃO</b>			
Título:	POLITICA DE CONTROLES INTERNOS	Código	Revisão	Página
Depto:	CORPORATIVO - ESTRUTURANTE	PO-COREST-011	0	1 de 7

ELABORAÇÃO: ANDRE LUIS DA SILVA		
VERSÃO	DESCRIÇÃO	DATA
0	ELABORAÇÃO INICIAL	03/06/2025
<div>CÓPIA</div> <div>NÃO</div> <div>CONTROLADA</div> <div>NÃO SERÁ SUBSTITUÍDA EM CASO DE REVISÃO</div>		
Nome		Cargo
ANDRÉ LUIS DA SILVA		ESPECIALISTA DE COMPLIANCE E RISCOS
FABIEDER ANDERSON LOURENÇO		ANALISTA GESTÃO DA QUALIDADE PL.
JOSÉ EDUARDO RONCHI		COORD DE GOVERNANÇA RISCOS E COMPLIANCE

		<b>SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AGROINDUSTRIAL - SIGA</b>		
		<b>POLITICAS DE GESTÃO</b>		
Título:	POLITICA DE CONTROLES INTERNOS	Código	Revisão	Página
Depto:	CORPORATIVO - ESTRUTURANTE	PO-COREST-011	0	2 de 7

SUMÁRIO

OBJETIVO .....	3
ABRANGÊNCIA.....	3
REFERÊNCIAS.....	3
DEFINIÇÕES.....	3
DIRETRIZES .....	4
1. Disposições Gerais .....	4
2. Princípios da implementação do sistema de controles internos.....	4
3. Monitoramento da efetividade dos controles internos.....	4
4. Reporte para as alçadas competentes.....	5
RESPONSABILIDADES .....	5
ANEXOS.....	6

CÓPIA

NÃO

CONTROLADA

NÃO SERÁ SUBSTITUÍDA EM CASO DE REVISÃO

	<b>SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AGROINDUSTRIAL - SIGA</b>  <b>POLITICAS DE GESTÃO</b>			
Título:	POLITICA DE CONTROLES INTERNOS	Código	Revisão	Página
Depto:	CORPORATIVO - ESTRUTURANTE	PO-COREST-011	0	3 de 7

## OBJETIVO

Esta Política tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados para o funcionamento de controles internos da Colombo Agroindústria S/A ou empresas controladas pela Angelina Colombo S/A, procurando mitigar os riscos de acordo com a complexidade de seus negócios, bem como disseminar a cultura de controles para garantir o cumprimento das leis, regulamentos e demais normas estabelecidas pelos órgãos reguladores, autorreguladores ou nas operações da Colombo Agroindústria S/A ou empresas controladas pela Angelina Colombo S/A.

## ABRANGÊNCIA

Esta política se aplica a todos os acionistas, administradores, funcionários, terceiros e a todas as partes interessadas (*stakeholders*) que se relacionam com a Colombo Agroindústria ou empresas controladas pela Angelina Colombo S/A.

## REFERÊNCIAS

Código de Conduta e Ética  
 Política de Gestão de Riscos  
 Política de Compliance  
 ABNT NBR ISO/IEC 37000  
 ABNT NBR ISO/IEC 37301  
 ABNT NBR ISO/IEC 27701  
 COSO *Internal Control – Integrated Framework* 2013  
 COSO ERM 2017

## DEFINIÇÕES

**Sistema de Controles Internos:** conjunto de políticas, normas, procedimentos e atividades estabelecidas na Companhia, com o propósito de reduzir a possibilidade de perdas financeiras, desgaste de imagem, incrementar a qualidade das informações contábeis, financeiras e gerenciais, bem como salvaguardar a conformidade com a legislação e a regulamentação em vigor.

**Risco:** possibilidade de evento que afeta negativamente a realização dos objetivos da Companhia ou de seus processos.

**Colombo Agroindústria ou empresas controladas pela Angelina Colombo S/A:** empresas que detêm o controle de forma direta ou indireta. Também denominada “Grupo”.

**COSO ERM 2017:** termo abreviado que representa *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, estabelecidas nos Estados Unidos, dedicada a disseminar aspectos relevantes de governança, ética nos negócios, controles internos e gerenciamento de riscos corporativos.

**COSO Internal Control Integrated Framework 2013:** metodologia com foco em gestão de controles internos, estabelecida e divulgada pelo COSO.

	<b>SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AGROINDUSTRIAL - SIGA</b>  <b>POLITICAS DE GESTÃO</b>			
Título:	POLITICA DE CONTROLES INTERNOS	Código	Revisão	Página
Depto:	CORPORATIVO - ESTRUTURANTE	PO-COREST-011	0	4 de 7

**Overlap:** termo em inglês que significa “sobreposição”

## DIRETRIZES

### 1. Disposições Gerais

As atividades de controles devem ser constantemente avaliadas, tomando como referência as boas práticas de Governança Corporativa estabelecidas pelos padrões e metodologias do COSO.

Os Controles Internos permitem à administração aferir a efetividade do gerenciamento dos riscos, dos processos de governança, a adequação dos controles que suportam a emissão das demonstrações financeiras e o cumprimento das normas e regulamentações, são desenvolvidos para garantir, com razoável grau de confiança, que sejam atingidos os objetivos da Companhia nas seguintes categorias:

- Operacional: foco na eficiência e efetividade operacional.
- Divulgação: foco na confiança dos relatórios financeiros e não financeiros.
- Conformidade: foco no cumprimento de leis e regulamentações aplicáveis.

Os controles internos devem ser devidamente documentados pelos gestores das áreas de negócio. A natureza e extensão da documentação podem assumir diversas formas, não se limitando à:

- Políticas e procedimentos devidamente formalizados.
- Formalização de responsabilidade, considerando uma apropriada segregação de funções e alçadas de aprovação, quando aplicável.
- Fluxograma dos processos de negócio com a identificação dos controles.
- Documentação suporte de decisões tomadas sobre a implantação de controles, a qual deve contemplar avaliação de custo-benefício.

### 2. Princípios da implementação do sistema de controles internos

A Diretoria Executiva é responsável por patrocinar a implantação de prática de negócio eficientes e controles internos adequados e eficazes. Para tanto, deve alocar recursos para usar nas atividades de gestão de sistemas de controles internos, ainda que não exaustivos à estas atividades.

Os princípios que regem o sistema de controles internos e que devem ser seguidos pela Companhia estão distribuídos em 5 componentes, conforme descrito no Anexo I – Cinco Componentes do COSO.

Devido ao *overlap* / complemento entre as metodologias *COSO Internal Control – Integrated Framework de 2013*, utilizada como base para essa política, o *COSO ERM – Enterprise Risk Management Framework* utilizada como base para a Política de Gestão de Riscos Corporativos e as diretrizes descritas na Política de Compliance, abaixo estão descritas as diretrizes para os processos relacionados diretamente aos controles da Companhia.

### 3. Monitoramento da efetividade dos controles internos

Atendendo diretamente ao Componente Atividades de Controle, a área de Governança, Riscos e Compliance (GRC), deverá verificar a existência de estrutura normativa, desenho e efetividade dos controles internos, periodicamente, considerando como escopo os controles das áreas de negócio e suporte. Os casos de necessidade de melhoria (novos processos, controles preventivos ou detectivos) devem ser alinhados com os responsáveis e os prazos para saneamento devem ser documentados.

	<b>SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AGROINDUSTRIAL - SIGA</b> <b>POLITICAS DE GESTÃO</b>			
Título:	POLITICA DE CONTROLES INTERNOS	Código	Revisão	Página
Depto:	CORPORATIVO - ESTRUTURANTE	PO-COREST-011	0	5 de 7

#### 4. Reporte para as alçadas competentes

Atendendo diretamente ao Componente Atividades de Monitoramento, deverão ser realizadas 2 tipos de verificação:

- A área de GRC deve reportar às alçadas competentes os casos de não efetividade dos controles internos, juntamente com os planos de ação, responsáveis e prazos para saneamento.
- A Auditoria Interna deve reportar às alçadas competentes os casos de não conformidades identificados em relação ao sistema de controles internos, juntamente com os planos de ação, responsável e prazos para saneamento.

**Parágrafo único:** Qualquer violação às legislações pode resultar em penalidades civis e criminais para a Companhia, seus funcionários ou terceiros. Qualquer violação à esta política pode causar a adoção de medidas disciplinares, administrativas ou outras medidas permitidas por lei.

### RESPONSABILIDADES

#### Compete ao Conselho de Administração:

- Garantir que medidas corretivas sejam tomadas quando falhas de conformidade e/ou integridade forem identificadas.

#### Compete à Diretoria Executiva:

- aprovar a referida Política, tendo em vista o direcionamento estratégico dos negócios, de acordo o melhor interesse do Grupo.
- garantir a implementação desta política no dia a dia da empresa.
- aprovar transações com Partes Relacionadas que não exijam aprovação do Conselho de Administração, conforme os critérios de valores e relevância estabelecidos na política.

#### Compete à Comissão de Riscos, Finanças e Auditoria (CRFA):

- Acompanhar a implementação das diretrizes contidas na Política de Compliance.
- Garantir que medidas disciplinares apropriadas sejam aplicadas nos casos de violação do Código de Conduta e Ética e das demais diretrizes desta política.
- Compete à Diretoria Executiva:
- Apoiar a área de Governança, Riscos e Compliance no que tange à sua atuação, conduzindo práticas de negócio que atendam às normas emitidas pelos órgãos reguladores e à estrutura normativa interna do Grupo.
- Identificar os riscos de Compliance aos quais o Grupo está sujeito e buscar preveni-los ou mitigá-los.
- Aplicar medidas disciplinares aos colaboradores e terceiros que violarem as disposições presentes no Código de Conduta e Ética, outras políticas e procedimentos do Grupo e/ou a legislação vigente.

#### Compete à todas as áreas (1ª Linha de Defesa):

- Cumprir as leis, regulamentações e normas internas aplicáveis.
- Monitorar as operações e identificar mudanças nas leis e regulamentações e alinhar tal fato junto à 2ª Linha de Defesa.
- Assumir a responsabilidade sobre a mitigação de riscos de Compliance e implementar controles.
- Participar ativamente dos treinamentos oferecidos. Compete à área de Recursos Humanos:

	<b>SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AGROINDUSTRIAL - SIGA</b>  <b>POLITICAS DE GESTÃO</b>			
Título:	POLITICA DE CONTROLES INTERNOS	Código	Revisão	Página
Depto:	CORPORATIVO - ESTRUTURANTE	PO-COREST-011	0	6 de 7

- e. Disponibilizar treinamento do Código de Conduta, bem como distribuir e coletar a anuência do novo colaborador no termo de aceite.
- f. Compete à área Jurídico:
- g. Trabalhar de forma coordenada com a Governança, Riscos e Compliance, especialmente no que se refere a investigações governamentais e processos administrativos ou judiciais.

#### **Compete à área de GRC - Governança, Riscos e Compliance (2ª Linha de Defesa):**

- a. Disseminar a presente Política.
- b. Atuar como área de suporte assistindo os gestores no gerenciamento do risco de Compliance e demais temas relacionados.
- c. Manter e propor políticas relacionadas ao Sistema de Compliance ou a revisão das já existentes, assim como o monitoramento e avaliação de seu cumprimento e eficácia.
- d. Garantir a aplicação, treinamento e divulgação do Código de Conduta e Ética, bem como monitorar e avaliar o seu cumprimento e eficácia.
- e. Coordenar processos referentes ao Código de Conduta e Ética do Grupo, inclusive receber e tratar denúncias efetuadas no Canal de Ética.
- f. Realizar o monitoramento periódico do Sistema de Compliance e coordenar as melhorias de processos para mitigar o Risco de Compliance Regulatório.
- g. Coordenar os processos referentes ao Programa de Integridade.
- h. Avaliar a concessão de brindes, presentes, hospitalidades ou entretenimento.
- i. Avaliar as doações e patrocínios realizados pelo Grupo.
- j. Acompanhar a implementação dos planos de ação relacionados à Compliance.

#### **Compete à área de Auditoria Interna (3ª Linha de Defesa):**

- a. Aferir a qualidade e a efetividade do Sistema de Compliance e da adequação dos controles, de forma independente, imparcial e tempestiva.
- b. Apresentar relatórios periódicos ao Conselho de Administração, por meio do CRFA, a fim de garantir que os processos e estrutura do Sistema de Compliance estejam sendo devidamente obedecidos.

## **ANEXOS**

### **ANEXO I – CINCO COMPONENTES DO COSO**

Componente	Princípios
1. Ambiente de Controle	<ul style="list-style-type: none"> <li>1) A Companhia deve demonstrar ter comprometimento com a integridade e os valores éticos.</li> <li>2) A área responsável pela governança dos controles internos deve ter independência suficiente para supervisionar o desempenho dos controles internos da Companhia.</li> <li>3) A Diretoria Executiva deve estabelecer as estruturas, os níveis de subordinação e as autoridades e responsabilidades adequadas para buscar o cumprimento dos objetivos.</li> <li>4) A Companhia deve se comprometer a atrair, desenvolver e reter talentos competentes.</li> <li>5) A Companhia deve cobrar que seus profissionais assumam responsabilidade por suas funções de controle interno para buscar o cumprimento dos objetivos.</li> </ul>

	<b>SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO AGROINDUSTRIAL - SIGA</b>  <b>POLITICAS DE GESTÃO</b>			
Título:	POLITICA DE CONTROLES INTERNOS	Código	Revisão	Página
Depto:	CORPORATIVO - ESTRUTURANTE	PO-COREST-011	0	7 de 7

2. Avaliação de Riscos	6) A Companhia deve especificar os objetivos com clareza suficiente, para permitir a identificação e a avaliação dos riscos associados aos objetivos. 7) A Companhia deve analisar os riscos relacionados aos seus objetivos para determinar a forma como devem ser gerenciados. 8) A Companhia deve considerar o potencial para fraude na avaliação dos riscos. 9) A Companhia deve identificar e avaliar as mudanças que poderiam afetar os controles internos.
3. Atividades de Controle	10) A Companhia deve desenvolver atividades de controle que contribuam para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos. 11) A Companhia deve desenvolver atividades gerais de controle sobre a tecnologia para apoiar a realização dos objetivos. 12) A Companhia deve estabelecer as atividades de controle por meio de políticas, normas e procedimentos, que estabelecem o que é esperado.
4. Informação e Comunicação	13) A Companhia deve implementar controles que asseguram a integridade dos reportes. 14) A Companhia deve realizar atividades de conscientização para apoiar o funcionamento dos controles internos, inclusive os objetivos e responsabilidades pelos controles. 15) A Companhia deve comunicar-se com os públicos externos (fornecedores, parceiros, terceiros, reguladores, auditores) sobre assuntos que afeta, o funcionamento dos controles internos.
5. Atividades de Monitoramento	16) A Companhia deve avaliar de forma contínua e/ou independente a implementação e o funcionamento dos componentes de controles internos. 17) A Companhia deve avaliar e comunicar deficiências nos controles internos em tempo hábil aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive gerentes e diretores, conforme aplicável.

**CONTROLADA**

**NÃO SERÁ SUBSTITUÍDA EM CASO DE REVISÃO**